Crítica e projecto na cidade contemporânea: algumas conclusões preliminares

Autor(es): Giangregorio, Guido

Publicado por: Editorial do Departamento de Arquitectura

URL persistente: [URI:http://hdl.handle.net/10316.2/37446](http://hdl.handle.net/10316.2/37446)

DOI: [DOI:http://dx.doi.org/10.14195/0874-6168_3_1](http://dx.doi.org/10.14195/0874-6168_3_1)

Accessed : 26-Apr-2023 12:50:15

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

ecdj

3

fctuc | departamento de arquitectura

novos mapas para velhas cidades

workshop internacional de arquitectura

projectos

guido giangregorio | walter rossa
rui lobo | álvaro domingues | nuno grande
joão paulo cardielos | josé antónio bandeirinha

coimbra: um novo mapa [16 a 25 de novembro]

manuel graça dias | margueira
manuel fernandes de sá | marginal do douro
antónio belém lima | vila real

editores jorge figueira + nuno grande

novembro 2000

[crítica e projecto na cidade contemporânea:
algumas conclusões preliminares]

guido giangregorio

A reflexão sobre a arquitectura e a cidade é hoje caracterizada pela crescente inquietude perante um difuso pensamento inconsistente, sem espessura e sem horizontes, que superficialmente se move entre diferentes disciplinas graças a metáforas sugestivas, instantâneas e inúteis.

Incapaz de aprofundar os problemas e definir novos valores, tal pensamento limita-se a secundar a realidade, apresentando-se cada vez mais dependente das estratégias de afirmação das novas leis do mercado. Assistimos, conseqüentemente, a uma incompreensível sequência de monólogos, exemplares tautologias ou superficiais filípicas, que demonstram claramente que quando a crítica perde as suas faculdades, sem sentir falta delas, acaba por legitimar aquele predomínio formalista no projecto contemporâneo que aparentemente combate.

Muitas vezes, tais incongruentes reflexões limitam-se a observações sentimentais, banalmente poéticas, superficialmente desdenhosas ou inutilmente autobiográficas, que, como afirmava o Pierre Menard de Borges, na realidade nada têm a ver com o próprio conceito de crítica.

- > Tal situação de confusa emotividade e de difuso protagonismo, é na realidade útil à perversa consolidação dos poderes constituídos e, *mutatis mutandis*, acaba por confirmar apaticamente as inquietantes contradições e os desesperantes oportunismos que nos rodeiam.

- > Resulta, portanto, determinante reelaborar um contexto teórico de referência, consoante o qual seja possível a compreensão e a discussão de olhares diferentes sobre o projecto.

Ao contrário, nas numerosíssimas intervenções de críticos e projectistas, encontramos hoje apenas a convicta utilização de palavras-chave como «identidade», «autenticidade» ou «espiritualidade» e, ao mesmo tempo, superficiais dualismos como «material/imaterial» ou «global/local», para os quais, na realidade, falta uma interpretação minimamente consolidada. Em suma, os artigos, as entrevistas ou os *pamphlet* (raramente ensaios e nunca esboços de tratados) que podemos hoje ler, apresentam-se, nos melhores casos, como interessantes corolários de um raciocínio ausente ou paradoxalmente reduzido a um punhado de lugares comuns⁽¹⁾. Falta, dramaticamente, a construção de uma posição

intermédia entre os paradigmas incontestáveis, hoje considerados *démodé*, e o pluralismo epistemológico auto-referente e politicamente correcto, que, ao contrário, parece ser sempre *à la page*.

- > Por todas essas razões, conclui-se que a reconstrução da essência da crítica é um desafio extremo, absolutamente desmedido e, sobretudo, não instantâneo, devendo, antes de mais, contar com a capacidade de perspectivar uma gestão alternativa da cidade, alheia a demagógicas simplificações e, sobretudo, capaz de uma perpétua evolução.⁽²⁾
 - > O neoliberalismo hoje dominante torna objectivamente difícil este percurso⁽³⁾. Vivemos num momento de progressiva afirmação das novas exigências do mercado global⁽⁴⁾, enquanto se manifesta uma apática aceitação da indiferença para a vida pública: uma espécie de privatização das ideias com uma consequente e dramática involução cultural⁽⁵⁾.
 - > Estes problemas transcendem o mundo da arquitectura e, todavia, o condicionam terrivelmente e, portanto, não podem ser esquecidos. De resto, a afirmação de uma atitude de *governance*⁽⁶⁾ em substituição da tradicional «administração do Estado» (*government*), que caracteriza hoje os processos de planeamento, é filha destas grandes transformações e incide profundamente sobre os destinos da cidade. Contemporaneamente, manifesta-se a definitiva aceitação da progressiva clivagem entre o conceito de Estado e o de Público⁽⁷⁾.
 - > Uma das consequências mais imediatas destes fenómenos e a cada vez mais preponderante intervenção de promotores privados na construção dos espaços de encontro, em parcial substituição da tradicional intervenção pública.
 - > Por todas estas razões, deveríamos hoje considerar inoportuna a locução «espaço público» que seria substituída por «espaço colectivo», dado que o acento passaria do reconhecimento da *propriedade* à observação das características do *uso*, marginalizando-se assim a questão das diferentes responsabilidades que caracterizam os diferentes promotores.
- A razão desta metamorfose na linguagem é, esperemos, uma ingénua fé nos deveres de *urbanidade* quer do actor público quer do privado⁽⁸⁾. Na realidade sabemos perfeitamente que os princípios e os objectivos que estão subjacentes a uma “praça da alimentação” são decididamente diferentes dos que deveriam nortear uma “praça da Liberdade”.
- Provavelmente, a diferença mais visível é representada pela incongruência entre o inquietante *know-how* da primeira (exclusivamente ligado à necessidade de sucesso comercial) e as complexas exigências da segunda (que não podem ser codificadas por tabelas e que precisam da sensibilidade e da inteligência do projectista, caso a caso).
- > Ao mesmo tempo, a análise de alguns projectos recentes, leva-nos a concluir que a perversa união, sob uma única locução, do espaço de uso público de propriedade e gestão privada com o de propriedade e gestão pública, acaba por criar uma promiscuidade que legitima a balbuciante repetição das soluções de sucesso dos empreendimentos privados⁽⁹⁾.
 - > Deveria ser evidente que o papel das instituições públicas é determinante na necessária reflexão sobre aquelas necessidades simbólicas, aquele desejo de identificação e pertença que constituem a própria alma do espaço público e que, ao contrário, resultam oportunisticamente enfatizados até o ridículo nos centros comerciais ou nos novos recintos do lazer⁽¹⁰⁾.

- > Verdadeiramente não nos apercebemos das diferenças que existem entre as *new town* do início do século de Ebenezer Howard e as mais recentes promovidas pelo *Consortium Developments* (para não falar nas *Disney's new town*)⁽¹¹⁾? O projecto da auto-exclusão, que caracteriza centros comerciais, condomínios fechados ou parques mais ou menos temáticos⁽¹²⁾, não prejudica a própria essência da cidade e o seu determinante carácter de inclusão assim como a necessária compenetração entre as partes que a compõem?
- > O espaço público deve necessariamente *reequilibrar* as deformações e as novas exclusões que o espaço de uso público mas de propriedade e gestão privada introduz na cidade. Isto é, o espaço público deve configurar-se como uma alternativa à visão redutora e monopolística do lucro que constitui, na nossa realidade social, a alma da iniciativa privada, quer se queira quer não. De resto, como é evidente, a intervenção pública não pode ter como interlocutor o *consumidor* assim como não pode limitar-se a tomar em consideração o conceito genérico de *cidadão* (erro que determinava a inconsistência das teorias dos supostos epígonos de Le Corbusier). De facto, a cidade contemporânea (ou híbrida)⁽¹³⁾ se vai perfilando como lugar da coexistência de múltiplas micro-comunidades, legitimando assim a necessidade de *cidades de cidades*⁽¹⁴⁾, expressão, finalmente, do reconhecimento da existência de várias identidades. Desta forma, o pluralismo poderá verdadeiramente afirmar-se como negação do individualismo, da intolerância e da exclusão.
- > Ao mesmo tempo, a progressiva proliferação dos *hiperlugares*⁽¹⁵⁾ deve necessariamente levar-nos a reflectir sobre a importância da construção dos espaços do sossego, ou seja, dos espaços que possibilitam uma relação espaço-temporal com a cidade menos ligada a constantes estímulos cerebrais e mais atenta à plenitude das experiências sensoriais⁽¹⁶⁾. Assim, o legítimo desejo de pluralismo libertar-se-á da simplista identificação com o fascinante catálogo das possíveis soluções formais para se relacionar com a difícil interpretação das necessidades humanas, mesmo quando não economicamente rentáveis.
- > Em suma, não pode ser considerado anacrónico pensar a condição do público como forma excelente do social, também perante uma realidade projectual muitas vezes dramática.
- > No fundo, a diferença entre o estudo do «espaço colectivo» e o do «espaço público» é a mesma que passa entre o limitar-se a tomar nota da situação e o preocupar-se com a construção de um cenário alternativo.
- > Por estas razões, considera-se mais oportuno falar do actual processo de privatização do espaço do público⁽¹⁷⁾ como de um *problema*, perante o qual resulta necessário pensar em propostas paradigmáticas que possam ser exemplares também para a intervenção do privado. Neste sentido o papel da Universidade é decisivo e deve ser aprofundadamente debatido.
- > Mas como crítica e projecto poderão interpretar a intervenção pública no actual contexto socio-económico, para assim prefigurar uma proposta de gestão alternativa da cidade? Propõem-se aqui três coordenadas provisórias, com o objectivo de definir algumas conclusões preliminares para o debate.

- > **Os limites do projecto na cidade contemporânea.** Existe uma perpétua e crescente confusão no que diz respeito à especificidade dos diferentes contributos que são necessários na transformação urbana. As variáveis de natureza socio-económica que já mencionámos tornam cada vez mais difícil definir com algum rigor o papel e as competências dos numerosos actores envolvidos⁽¹⁸⁾.
- > As novas características do processo de transformação urbana, assim como a afirmação de razões especiais (as tais *oportunidades*) para a intervenção na cidade, determinaram, de resto, também o aparecimento de novas competências. Um caso emblemático é representado pela elaboração do Programa nos casos, cada vez mais complexos, de *partnership* entre entidades públicas ou público/privadas. É evidente que o arquitecto não tem competência directa neste campo e portanto não pode, ao contrário do que algumas vezes acontece, assumir responsabilidades que dizem respeito a uma outra específica *expertise*⁽¹⁹⁾.
- > Uma outra preocupante atitude, que se manifesta cada vez mais frequentemente perante a complexidade dos novos cenários da transformação, é representada pela deliberada e apriorística *renúncia* em pensar no novo significado que uma determinada parte da cidade histórica assume no contexto urbano contemporâneo. Embora se afirmem constantemente novas exigências funcionais e novas populações metropolitanas, parece hoje muito mais simples confiar nos arquivos, exumando soluções precedentes que terão tido razão de ser no passado mas que, se não reinterpretadas, resultam apenas úteis a uma perigosa embalsamação da cidade⁽²⁰⁾. Ao mesmo tempo, esta inquietante renúncia do projectista representa, muitas vezes, a mais dramática expressão de um regelante cinismo.
- > Na recusa destas duas posições improváveis para um projectista (a do programador e a do arquivista), coloca-se a questão da refundação disciplinar, entendida como esclarecimento das competências e do papel do arquitecto no cenário actual. De resto, somente quando será suficientemente claro o sentido da missão que caracteriza este ofício, será possível e útil o sempre invocado diálogo interdisciplinar. Um exemplo emblemático para explicar as razões desta necessidade é representado pelo problema da *participação*: é sem dúvida importante o trabalho interdisciplinar que introduz ao debate e à confrontação com as populações envolvidas⁽²¹⁾ mas é igualmente determinante o problema da construção de uma arquitectura que possa ser interpretada pelo utente, que seja disponível à interacção e que permita a relativa apropriação⁽²²⁾. Em suma, se faltar um sólido conhecimento disciplinar, o significado da intervenção não poderá ser senão inconsistente, mesmo quando parte de um crível empenho colectivo.
- > Discutir a refundação disciplinar significa, também, tomar posição perante o paralisante academismo contemporâneo, ou seja, perante formas de obsessivas simplificações dos problemas, demasiadas vezes reduzidos a apenas um aspecto (muitas vezes de natureza estética).

- > Uma figura extremamente importante, ao longo deste século, foi, sem dúvida, Raymond Unwin que, evitando apriorísticas reduções, demonstrou ser importante e possível conciliar as legítimas preocupações de Camillo Sitte e de Eugène Hénard, mesmo quando estas se apresentavam aparentemente opostas. Poderá, por exemplo, ser hoje útil referir a conhecida *querelle* sobre qual devesse ser a correcta posição das estátuas em praças urbanas. Sitte defendia, por razões de natureza estética, uma colocação que não coincidissem com o centro da praça⁽²³⁾, enquanto que no entender de Hénard a posição central era essencial para o correcto funcionamento dos fluxos do trânsito. Afirmava Hénard que as prioritárias necessidades da circulação na cidade moderna impunham uma rotunda central que definitivamente distinguísse a praça do final do século XIX da do Médio Evo⁽²⁴⁾.
- > O reconhecimento da importância de ambas as preocupações levou Raymond Unwin a considerar absolutamente inútil a procura de regras neste campo: no seu entender o problema nunca podia ser reduzido ao projecto da praça em si, como se esta fosse independente das necessidades das áreas envolventes. Unwin considerava importante conciliar as exigências estéticas e simbólicas com as funcionais, no âmbito do mais amplo tecido urbano, através do estudo da relação entre as partes⁽²⁵⁾.
- > O reconhecimento da importância da relação entre as várias componentes do ambiente urbano é determinante para a reflexão sobre a especificidade disciplinar. Assim, no que diz respeito à questão do espaço público, deverá ser considerado essencial o estudo da sua complementaridade com a arquitectura, tendo em conta a necessária congruência entre as características tipológicas dos edifícios e as diferentes exigências das várias (e cada vez mais indistinguíveis) tipologias de espaço público (praça, rua, jardins, parques, largos...). Mais precisamente, tal essencial complementaridade deve ser aprofundada não apenas em termos de objectivos cenográficos ou superficialmente neo-barrocos (caírmolos ainda num banal formalismo) mas sim tendo em conta a continuidade de uso interior/exterior que desde sempre caracterizou a própria essência do espaço público⁽²⁶⁾. Consequentemente, evitar-se-iam os inquietantes e actuais slogans que consideram o (re)desenho do espaço público um instrumento autónomo para a definição da forma da cidade e para a atenuação da fragmentação existente.
- > **A importância do processo no projecto.** Paralelamente à reconstrução, sempre provisória, dos deveres do projecto na cidade contemporânea, afirma-se a necessidade de definir a estratégia e o método da crítica para que esta possa verdadeiramente ser uma significativa interlocutora no debate.
- > Hoje, crítica e projecto não só não convergem na defesa de hipóteses revolucionárias, como, ao contrário, acontecia durante o período de afirmação das vanguardas históricas, mas também se demonstram extremamente vaporosos. Ambos aparecem dificilmente compreensíveis quando lidos à luz da interacção com ideologias que, de resto, resultam afectadas por caóticos processos de fragmentação (e de complexa recomposição),

não muito diferentes dos que se manifestam na cidade contemporânea.

Consequentemente, a interpretação da produção arquitectónica no seu processo histórico apresenta-se, ao mesmo tempo, simples (quando constata a abnegação perante as leis neoliberalistas) e complexa (quando estuda as tentativas de construção de propostas de carácter autobiográfico). De resto, as recentes e numerosas monografias dos arquitectos do *star system* não só nos apresentam os cansativos virtuosismos de improváveis *press agent*, mas também nos oferecem uma banal simplificação do sentido daquelas investigações.

- > Se a crítica recuperar o seu essencial papel na construção de um ponto de vista militante em relação aos problemas da sociedade, poderá realizar-se o necessário debate capaz de transformar o individualismo auto-referente em empenho para a colectividade.
- > Neste sentido, a crítica que queira verdadeiramente dar a sua contribuição deve, por um lado, finalmente transcender o objecto que aprofundadamente estuda e, por outro, libertar-se de uma estéril análise da escrita arquitectónica, ou seja, da forma como algo autónomo. Por estas razões, resulta mais importante analisar o percurso (não linear) do projecto, para assim evidenciar aquela complexa malha de relações, correspondências e desvios que o animam, ao longo de toda a sua evolução. O processo no projecto permite ler e debater as persistentes preocupações e os contínuos aprofundamentos que substanciam a proposta do arquitecto, sobretudo quando se percebe o contínuo diálogo entre as convicções provisórias do autor e as insistentes necessidades da realidade que se procura transformar.
- > O estudo do *movimento*, em vez do *resultado*⁽²⁷⁾, não significa, obviamente, a procura de certezas nem a obsessão em chegar a uma conclusão definitiva: exprime, ao contrário, a consolidação de uma contínua perseguição de um mais convincente aprofundamento da natureza dos deveres e das necessidades do ofício.
- > **Pluralismo e crítica.** É consensual que a reconstrução de um projecto colectivo na arquitectura deve hoje necessariamente prescindir daquela homogeneidade estilística que, ao contrário, era considerada essencial no início do século XX. A pluralidade de expressões, mas também de abordagens metodológicas, que sempre existiu (e que hoje consideramos um facto indiscutivelmente incontornável), não legitima, todavia, uma apriorística simplificação das preocupações do arquitecto. Este é sempre e contemporaneamente intérprete das transformações sociais, da sensibilidade estética do momento e da própria relação com a história do ofício⁽²⁸⁾. Consequentemente, a pluralidade de posições deveria ser expressão da pluralidade de interpretações dos complexos e interdependentes desafios que a realidade nos coloca como conjunto inorgânico. Um empenho mais atento no aprofundamento das responsabilidades sociais e disciplinares assim como da hierarquia entre as incongruências existentes não só evitaria a afirmação, tipicamente contemporânea, de uma satisfeita anarquia mas também permitiria finalmente a conjugação do esforço colectivo no reconhecimento dos problemas com a pluralidade das propostas para resolvê-los.

- > Ao mesmo tempo, a crítica deverá reconhecer, em cada um dos percursos projectuais, a presença de «múltiplos significados», ou seja, a impossibilidade de uma dependência directa de um único paradigma conceptual. O objectivo deverá portanto ser a colectiva construção de um processo permanente de aprofundamento, feito de contínuas confrontações sobre as plurais hipóteses de transformação da realidade⁽²⁶⁾.
- > Depois de terem serenamente abandonado a ética de convicção para abraçar a mais flexível ética de responsabilidade⁽³⁰⁾, projecto e crítica esforçaram-se em demonstrar que a apatia e a inconsistência constituem a própria essência da realidade em que vivemos e que, consequentemente, não há batalhas a combater assim como não se justifica a tensão para uma reconstrução de uma moral colectiva, como indispensável condição intermédia entre a moral individual e a ética das leis.
- > No entanto, é urgente uma nova atitude, menos disponível a compromissos, mais desencantada mas também mais corajosa.
- > Como conclusão impõe-se uma pergunta: existirá ainda o sincero desejo do necessário empenho colectivo e plural para a construção de uma proposta alternativa para a gestão da cidade?

Poucos anos atrás, por muitos meses, alguns estudantes do Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano da Universidade do Porto encontravam-se semanalmente para discutir as razões das preocupações que se iam afirmando ao longo das respectivas investigações sobre a cidade contemporânea. A Ana Roboredo, Ana Luísa Velosa, António Fernandez, Carlos Veloso, Flávio Nunes, José António Ferreira e Ricardo Matos, que comigo constituíram aquele grupo, este texto deve muito.

(1) Analisando a produção recente de críticos e historiadores, Ignasi de Solà Morales afirma: "mais do que dedicar-se à investigação de novos modelos que permitam uma explicação total, aquilo que a história tenta de conjugar são alguns percursos transversais, micro-histórias, cortes em veias ainda não exploradas, à procura de outros significados. Esta total *deregulation* produz logicamente uma relativização das histórias, que se encontram em aberta competição com outras histórias de signo oposto ou pelo menos diferentes. Como é possível esperar, nestas circunstâncias, que a história seja *magistra vitae*?" E ainda: "Uma grandíssima parte da arquitectura que se constrói e uma parte não pequena da que se ensina baseiam-se em cliché que já não se discutem e em decisões estéticas que são assumidas sem revisões críticas de qualquer tipo." Ignasi de Solà Morales, "Pratiche teoriche, pratiche storiche, pratiche architettoniche", *Zodiac* n.21, 1999/II

(2) Não se pretende, evidentemente, discutir exaustivamente, neste contexto, o conceito de crítica. Assim, evitamos abordar alguns complexos problemas que hoje a caracterizam, como é o caso, por exemplo, da crescente indiferença expressa pelo público.

Umberto Eco observava recentemente como na literatura, por variadas e complexas razões, a crítica militante (com a sua função de orientação do gosto) e a crítica académica (que em tempos mais longos aprofunda as razões do «cânone») entraram em crise, acabando por ser substituídas por uma fragmentária e superficial sequência de opiniões através, sobretudo, de um fenómeno "chamado diversamente nos diversos países: a comunicação «bocca a bocca», «bouche oreille» ou «word of mouth»." Veja-se: Umberto Eco, "Il pubblico e la critica militante. Trasformazioni nell'orientamento del gusto", *L'Espresso*, 11.06.98.

Ao mesmo tempo, para perceber a profunda complexidade do contínuo percurso de aprofundamento das razões da crítica, é suficiente pensar nos escritos de Manfredo Tafuri, importante teórico e historiador deste século. Em *Teorie e Storia dell'Architettura* (1968), Tafuri afirmava a necessidade de uma atenta análise das contradições que se manifestavam em relação ao legado das vanguardas artísticas do século XX e, mais em geral, em relação ao futuro do projecto moderno. Sucessivamente, depois de ter constatado a inevitável perda da dimensão utópica na arquitectura e a impossibilidade de uma relação directa entre ideologia e produção, chegava coerentemente a declarar, numa entrevista a Richard Ingersoll (já em 1986), que "a crítica não existe, há somente a história". Consequentemente, o historiador confinava-se voluntariamente em «laboratório» a analisar ciclos e fases da produção arquitectónica sem intervir e, sobretudo, sem orientar o debate. Todavia, no ano da sua morte (1994), Manfredo Tafuri reconhecendo os riscos de uma história esterilmente preocupada com os detalhes documentais e desprovida de qualquer perspectiva, afirmava: "Não há polémica, não há dissensão, não há história." Neste difícil equilíbrio entre o empenho da crítica (dependente das características sócio-culturais do momento) e o rigor filológico da história (fundamento perene da própria disciplina) estava o verdadeiro legado do conceito de *crítica histórica* que estruturava *La sfera e il labirinto* (1980) e que demonstrava como as metáforas, mesmo que fascinantes (como é o caso dos símbolos arquetípicos que aparecem no título do livro), são apenas a expressão da nostalgia para uma síntese dialéctica que renuncia deliberadamente ao reconhecimento das *diferenças*.

(3) Gunter Grass, num recente diálogo com Pierre Bourdieu, reflectia sobre o significado, na história contemporânea, do socialismo e do capitalismo ("filhos geniais mas falidos do Iluminismo") que conseguiram coexistir, ao longo deste século, controlando-se reciprocamente.

Assim, resultou impossível a afirmação daquele sentimento de infalibilidade que, ao contrário, foi típico do comunismo e que caracteriza, actualmente, o neoliberalismo.

Hoje, perante as já evidentes consequências da revolução conservadora promovida pelo neoliberalismo, aparece essencial a reconstrução de um pensamento crítico em permanente evolução, atento ao multiplicar-se das variáveis presentes e, ao mesmo tempo, expressão de uma profunda resistência ao simplismo dos operadores económicos. Veja-se: "Dalla parte del perdenti. Pierre Bourdieu a colloquio con Gunter Grass", *Reset*, n.59, Marzo-Aprile 2000.

(4) Pense-se, por exemplo, no novo termo operativo, *life time value*, que considera o valor do ser humano em relação à sua «capacidade» de ser mercador no âmbito da nova esfera comercial. Veja-se: Jeremy Rifkin, *L'era dell'Accesso. La rivoluzione della New Economy*, Milano, 2000, Mondadori.

(5) "As sociedades são históricas embora vivam todas inspiradas e impulsionadas por um enredo de crenças e ideias meta-históricas.

A nossa é a primeira sociedade que se prepara para viver sem uma doutrina meta-histórica; os nossos absolutos religiosos ou filosóficos, éticos ou estéticos não são colectivos mas privados. A experiência é um risco. Não podemos saber se as tensões e os conflitos produzidos por esta privatização das ideias, das práticas e das crenças que tradicionalmente pertenciam à vida pública, não acabarão por comprometer a estrutura da sociedade."

Octávio Paz, "Cos'è la modernità", *Casabella* n.664, Febbraio 1999.

Giancarlo De Carlo, que conheceu e criticou as incongruências e os limites do modernismo, escreve hoje: "Vi duas vezes o mundo voltar atrás: logo depois da segunda guerra e depois das revoltas de 1968. Esta última involução ainda continua e não se sabe onde poderá chegar."

Em: Giancarlo De Carlo, "Uno sguardo indietro verso il futuro", *Domus* n.826, 2000.

(6) Entendida como alargamento não ocasional da política urbana a grupos e sujeitos vários e não necessariamente públicos. Veja-se: Cristina Bianchetti, "Città, politiche e piani" *Rassegna* n.75, 1998/II. Guido Martinotti sublinha que o significado técnico da palavra *governance* é alheio a conotações ideológicas, devendo ser entendido como "a mais ampla capacidade de controlar e orientar as dinâmicas sociais, económicas e políticas que caracterizam as grandes conurbações dos países com economias mais avançadas." Em: Guido Martinotti, *La dimensione metropolitana*, Bologna, 1999, Il Mulino.

(7) Anthony Giddens, conhecido teórico da conjugação da social-democracia com as exigências da globalização, afirma: "A terceira via não tenta administrar tudo, mas sim administrar de forma dinâmica. Coloca um forte acento na renovação das instituições públicas, mas já não equipara o «estatal» com o «público». De facto, muitas vezes, as instituições públicas podem ser melhor tuteladas, ou reavivadas, por várias entidades juntas, das quais o Estado é apenas uma. Por exemplo, nas regiões onde a concorrência externa ou as evoluções tecnológicas destruíram a indústria local, a intervenção governativa da velha memória revela-se pouco útil. Ao contrário, uma intervenção concertada com as empresas e as comunidades locais pode contribuir para relançar o desenvolvimento económico." Anthony Giddens, *The third way and its critics*, London, 2000.

Em relação às muitas vezes perversas relações entre instituições públicas e empreendimentos privados, veja-se: Pier Luigi Cervellati, *L'arte di curare la città*, Bologna, 2000, Il Mulino.

(8) Veja-se: Manuel de Solá Morales, *Spazio pubblico Spazio Collettivo*, *La Vanguardia* 12V1992 agora em: Manuel de Solá, *Progettare città / Designing cities*, Milano, 1999, Lotus Quadrerni,

(9) Um caso emblemático é representado pela Oxford Street em Londres: "A famosa Oxford Street caiu no 11º lugar da classificação nacional de rentabilidade por m² dos empreendimentos comerciais, ultrapassada pelos grandes *shopping mall* das *edge city* inglesas como Maccrocent, Meadowall, Lakeside e Merryhill (os quatro primeiros da classificação): Para contrariar a tendência e enfrentar a crise, os proprietários das famosas lojas de Oxford Street estão por decidir a transformação da rua num *shopping mall* urbano, «privatizando-a» com uma própria polícia, uma cobertura transparente, um mobiliário urbano sedutor e «hiper-londrino» e ar condicionado." Giandomenico Amendola, *La città postmoderna*, Roma-Bari, 1997, Laterza.

(10) Vittorio Gregotti depois de ter apresentado o conjunto dos espigueiros de Lindoso como exemplo da constituição do simbólico colectivo no passado, observa que o sucesso da locução «espaço colectivo» exprime hoje uma resposta a um sentimento de perigo e se afirma com a privatização que observamos nos *mall* dos grandes centros comerciais ou nas *hall* dos arranha-céus. Afirma Gregotti: "Espaço colectivo é também cada espaço civil fechado, como o das Termas Romanas ou das salas das Câmaras medievais, ou religioso como o das grandes igrejas, da sala do capítulo dos conventos, ou do exterior-interior da igreja de San Pietro em Roma mas também, mais em geral, cada espaço de acção ritual." Hoje, como é notório, o carácter ritual dos espaços colectivos é decididamente inconsistente, por estar sujeito a uma acrílica importação de modelos comportamentais que se impõem à escala planetária. Em: Vittorio Gregotti, *L'identità dell'architettura europea e la sua crisi*, Torino, 1999, Einaudi.

(11) Veja-se: Peter Hall, "Le new town in Gran Bretagna: passato, presente e futuro", *Urbanistica* 107 luglio-dicembre 1996

(12) Mas o discurso deve ser também estendido às moradias (onde cada vez mais frequentemente aparecem em miniatura actividade tradicionalmente da jurisdição pública como sala-jogos, jardins, fontes ...). Este fenómeno conta em Itália com um boom sem precedentes; veja-se: Pier Luigi Cervellati, ob.cit.

- (13) Como superação da cidade moderna ou homogénea. Utilizo aqui as definições dos Archizoom (Paolo Deganello, Gilberto Corretti, Massimo Morozzi e Andrea Branzi), elaboradas no final dos anos Sessenta... Veja-se: Andrea Branzi, *Introduzione al design italiano*, Milano, 1999, Baldini e Castoldi.
- (14) Concelto recentemente defendido por Giovanni Sartori, em: Giovanni Sartori, *Pluralismo, multiculturalismo e estranei. Saggio sulla società multietnica*, Milano, 2000, Rizzoli. Veja-se também: Pier Luigi Cervellati, ob. cit.
- (15) Sucedâneos de sucesso dos *não lugares*, os *hiperlugares* são caracterizados pela *mise en scène* de contínuas e simultâneas emoções. O sociólogo Aldo Bonomi considera *hiperlugares* os novos espaços do lazer como é o caso dos parques temáticos. Veja-se: Aldo Bonomi, *Il distretto del piacere*, Torino, 2000, Bollati Boringhieri.
- (16) Defendendo a necessidade da existência na cidade de lugares com reduzida vitalidade, como essencial complementaridade dos lugares com alta vitalidade, Giancarlo De Carlo afirma: "Os novos bairros são concebidos sempre pensando unicamente na actividade: é o resultado do facto de considerar a economia como motor fundamental da vida humana." Em: Giancarlo De Carlo, "Tre note per un laboratorio di architettura", *Spazio e Società* n. 49, 1990
- (17) Em relação aos efeitos perversos que caracterizam este processo, veja-se: Bernardo Secchi, *Prima lezione di urbanistica*, Roma-Bari, 2000, Editori Laterza.
- (18) Bernardo Secchi fala de uma *dupla incerteza* "relativa, por um lado, aos objectivos a conseguir e ao grau de consenso que podem obter e, por outro, aos instrumentos mais oportunos para conseguir os e a sua eficácia." Existe, ao mesmo tempo, uma crescente incapacidade no que diz respeito à compreensão das deformações que afectam a cidade contemporânea: "O poder das tradições, do dinheiro e das pessoas limitou no passado o carácter caótico da cidade; secularização e democratização o aceleram. Não é, então, a natureza caótica da cidade que nos deve surpreender mas sim a nossa incapacidade ou impossibilidade de conter cada tipo de desvio em limites suficientemente restritos por tempos suficientemente longos. Uma situação diferente da imaginada pela modernidade." Secchi, ob.cit.
- (19) Veja-se: Nuno Portas, "L'emergenza del progetto urbano", *Urbanistica* n.110, 1998/II.
- (20) Uma das expressões mais perversas desta atitude é a representada por aquele fenómeno que o ICOMOS chama *façadismo*, ou seja a conservação da fachada de um edifício que esconde a demolição e consequente reconstrução do interior. Veja-se: Marc Bédarida, "La città simulata, tra restituzione e finzione"; *Lotus* n.103, 1999.
- (21) Tal atitude, que viveu momentos importantes em Europa nos anos Setenta, confronta-se hoje com uma ainda não satisfatória capacidade de decifrar as reais intenções e necessidades dos habitantes. Veja-se: Cristina Bianchetti, ob.cit.
- (22) Veja-se o empenho dos protagonistas do Team X, do ILA&UD e da revista holandesa *Forum*. Em particular, vejam-se os escritos de Herman Hertzberger e Giancarlo De Carlo.
- (23) "É preciso ser cegos para não observar que os romanos deixaram livre a parte central do Foro" afirma Sitte, defendendo depois que a única possibilidade para construir adequadamente a cidade do seu tempo consistia na recuperação dos princípios estéticos do passado, quando o exercício artístico era "uma altíssima tradição". O objectivo era a imponência e a solenidade de espaços urbanos até serem capazes de impressionar o observador. Em: Camillo Sitte, *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*, 1889.
- (24) "Chegamos assim a conclusões exactamente opostas às que tinha formulado Camillo Sitte. [...] Será a única maneira de evitar engarrafamentos inextricáveis que em Paris aumentam de dia para dia." Eugène Hénard (1906), em: Eugène Hénard *La costruzione della metropoli*, Padova, 1972, Marsilio
- (25) Rejeitando qualquer excesso formalista no projecto do espaço público, Unwin afirma: "Devemos pensar na rua, no bairro, na cidade como conjuntos mais amplos e procurar uma gloriosa função no decoro de cada lote e de cada casa, projectando-os de forma a serem parte do efeito geral. Não é mais belo ser parte de um grande todo do que uma vistosa unidade numa multidão de unidades?" em: Raymond Unwin, *Town Planning in practice*, Londres, 1909. O aprofundamento destas questões permitira a Raymond Unwin a tradução, no campo da iniciativa privada, das interessantes iniciativas públicas da segunda metade do século XIX em Paris, Viena ou Barcelona.
- (26) "Aquilo que ainda hoje chamamos, graças à inércia da linguagem, equipamento colectivo era no passado verdadeiramente espaço do público. Um espaço que se prolongava no exterior do edifício, no adro, na praça e no bairro assim como no exterior do edifício nasciam e se prolongavam algumas práticas sociais: as procissões, os banquetes e as festas de carnaval." Secchi, op.cit. Todavia, em relação a este aspecto faltam estudos específicos.
- (27) Esta preocupação encontra interessantes ecos também em outras expressões artísticas. Veja-se: Luigi Pareyson, *Estetica. Teoria della formatività*, Milano, 1988, Bompiani.
- (28) Penso numa recente, compreensível e inquietante afirmação de Peter Eisenman: "Há essencialmente três tendências. A *primeira* diz respeito à arquitectura entendida como expressão do espírito do momento. A expressão da cultura de qualquer tempo. [...] Rem Koolhaas constitui o melhor exemplo neste sentido. Ele tenta perceber o que é a cultura hoje e como pode ser representada, quais são os fluxos, as infra-estruturas, as estratégias globais. A *segunda* exprime a sensibilidade estética de um determinado período histórico. [...] É sempre possível caracterizar a condição da cultura em termos de sensibilidade estética. Hoje esta sensibilidade é representada por Frank O. Gehry. A *terceira* não exprime aquilo que a arquitectura representa ou encarna, mas aquilo que é realmente. [...] Tenta prevalecer sobre o espírito do momento, é mais uma crítica experimental, um trabalho que diz respeito à essência do trabalho. É um ponto de vista de crítica interna, mais do que externa. O meu trabalho sempre foi assim, relaciona-se com a interioridade da arquitectura." Em: Peter Eisenman, *Settantacinque domande a Peter Eisenman*, Napoli, 2000, CLEAN.
- (29) "O verdadeiro problema é o projecto de uma cidade capaz de pôr-se constantemente em crise, pondo em crise o real. Atenção: o real e não as suas secções consideradas separadamente." Manfredo Tafuri, *La sfera e il Labirinto*, Torino, 1980, Einaudi.
- (30) A distinção, como é notório, foi teorizada por Max Weber e é hoje invocada para legitimar o predomínio da ética de responsabilidade como consequência aparentemente inevitável da suposta «morte das ideologias». Provavelmente, seria mais oportuno reflectir sobre as palavras de Enzo Mari: "Quem diz que as ideologias morreram na realidade professa a ideologia da morte." Em: Enzo Mari, "Allegoria di una società diversa", *Casabella* n.659, 1999.